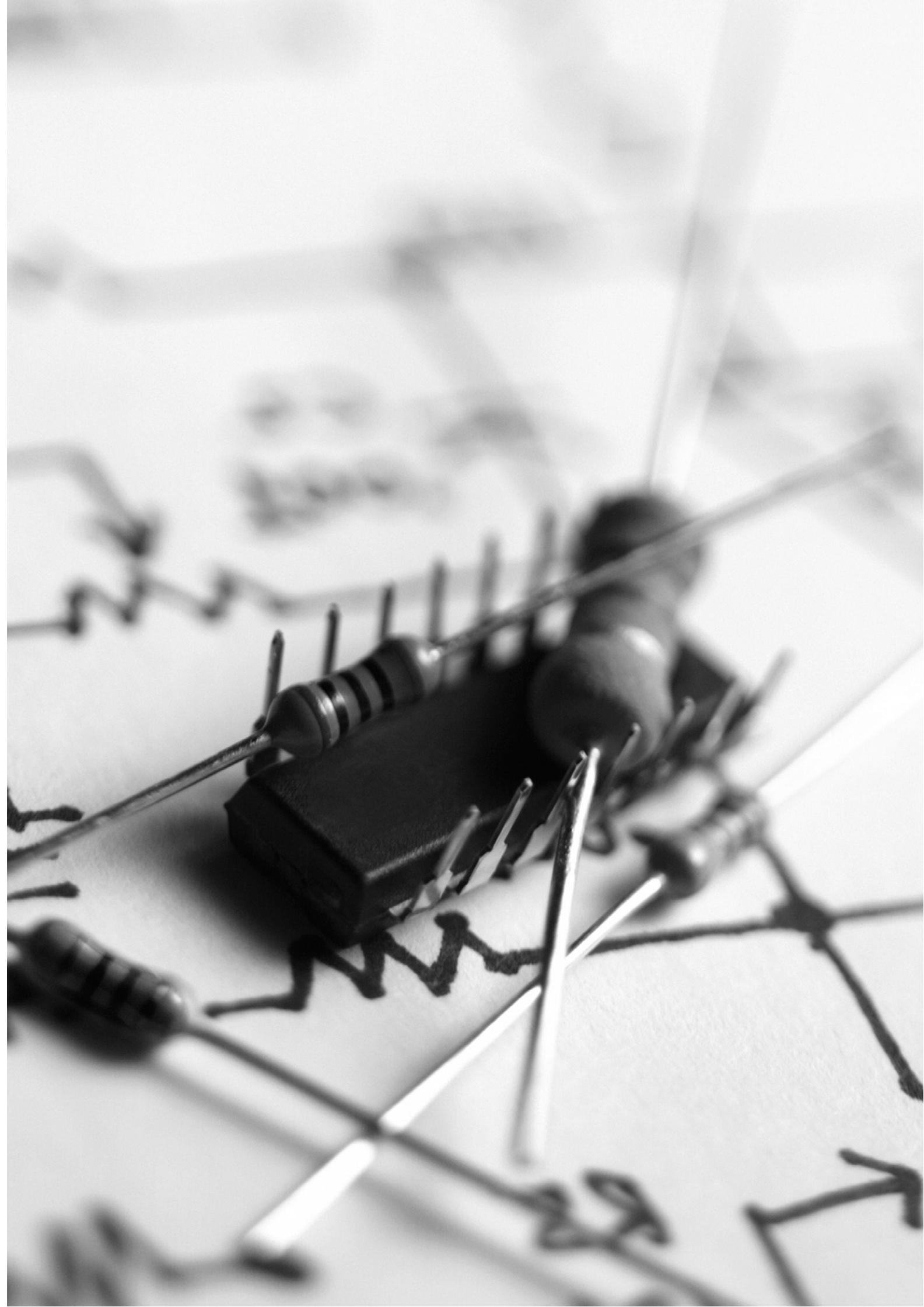


fórum

epistemologia





O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa

JOSÉ LUIZ FIORIN

Resumo Este trabalho analisa o projeto hjelmsleviano de construção de uma teoria das linguagens, mostrando, de um lado, o espaço discursivo em que se constitui e, de outro, sua coerência interna. Enfatiza a redução metodológica operada por Hjelmslev, para, em seguida, incorporar, sob os mesmos princípios de análise, o que havia sido descartado. Mostra também como a semiótica francesa se constrói com base nesse projeto teórico, expondo o que ela utiliza dele e os aspectos em que ela o altera.

Palavras-chave formalismo, relação, princípio da imanência, sistema, processo

Abstract This paper analyzes the hjelmslevian project for a semiotic theory. Its objectives are (i) to show the discourse space in which the hjelmslevian theory develops and its internal coherence; (ii) to emphasize the methodological reduction proposed by Hjelmslev, to later incorporate what had been previously discarded under the same principles of analysis; (iii) to show that French semiotics has started and developed within this theoretical framework by accepting some of its aspects and by altering others.

Key words formalism, principle of immanence, relation, system, process

ESPAÇO DISCURSIVO DO PROJETO HJELMSLEVIANO

Hjelmslev é um autor pouco lido e muito criticado nos dias de hoje. As críticas a ele são feitas com base em estereótipos que se foram perpetuando: é excessivamente formalista, desdenha a História, é cego para as determinações culturais que incidem sobre a linguagem, nega a dimensão do sujeito, e assim por diante. Paradoxalmente, os que fazem essas críticas não levam em conta a dimensão histórica do projeto hjelmsleviano. Afinal, uma teoria é criada num ambiente cultural determinado, num dado universo de discurso, em que campos e espaços discursivos ganham significados. Não se pode ler Hjelmslev sem levar em conta as teorias com que ele dialoga, pois não se pode analisar um projeto científico fora do espaço discursivo em que se constitui. Afinal, toda teoria é mais ou menos influenciada pelas que a precederam, em oposição às quais ela se constitui. Este trabalho pretende analisar o projeto hjelmsleviano dentro da História e mostrar suas influências na semiótica francesa.

Louis Hjelmslev nasceu em 1899 em Copenhague, em cuja universidade realiza estudos de Filologia Comparada. Fez cursos de aperfeiçoamento em diversas universidades européias. Em 1937, torna-se professor titular de Lingüística Comparada da Universidade do Copenhague. Em 1943, publica seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, em que expõe seu projeto científico. *Prolegômenos* quer dizer "noções ou princípios básicos para o estudo de um assunto qualquer"; "princípios". O que o lingüista dinamarquês pretende fazer nessa obra é exatamente estabelecer os princípios que deveriam nortear a construção de uma ciência da linguagem ou de uma ciência das linguagens.

Seu livro começa com uma das mais belas páginas da lingüística:

A linguagem (...) é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humil-

des ocupações da vida cotidiana até os momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento: para o indivíduo, ela é tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte de desenvolvimento dessas coisas.

É por isso que a linguagem cativou o homem enquanto objeto de deslumbramento e de descrição na poesia e na ciência (Hjelmslev 1975: 1-2).

Quando Hjelmslev se interroga sobre o fato de a língua ser reflexo da personalidade, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida ou ser a fonte de desenvolvimento de todas essas coisas, ele começa a opor-se ao transcendentalismo em lingüística. Com efeito, os estudos da linguagem, no seu tempo, eram feitos não para entender o fenômeno lingüístico, mas para compreender alguma coisa que estava além dele. Havia uma abordagem psicológica, que buscava compreender o psiquismo de um autor, o gênio de um povo ou a natureza psíquica do homem; havia um tratamento lógico, que procurava apreender o sistema conceitual do homem, que analisava palavras e frases como imagens concretas do pensamento e do juízo; havia uma análise sociológica, que visava a compreender as relações sociais; havia um estudo histórico, que objetivava entender as relações entre povos e nações. E assim por diante. O que unificava todas essas abordagens é que nelas a linguagem era sempre um meio e nunca um fim. O conhecimento lingüístico era meio para a compreensão do que é exterior à linguagem.

A essa lingüística transcendentalista, Hjelmslev opõe um ponto de vista imanentista. Nele, a lingüística não seria nem ciência auxiliar nem ciência derivada. Ela não estudaria a linguagem como um conglomerado de fatos não lingüísticos (físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociológicos, históricos), mas como um todo que se basta a si mesmo, como uma estrutura *sui generis*. Esse projeto teórico visa a compreender o fenômeno da linguagem em si mesmo, faz da compreensão da linguagem um fim em si mesmo. Um tratamento científico do fenômeno lingüístico permitiria, segundo Hjelmslev, um patamar homogêneo de comparação das línguas e possibilitaria o estabelecimento de uma lingüística genética racional. Em seus *Prolegômenos*, o lingüista dinamarquês procura estabelecer as bases de uma teoria da linguagem. Diante do desconhecimento da linguagem em si mesma, é legítimo propor um objeto teórico que busque entendê-la. Hjelmslev nega radi-

calmente a tradição lingüística anterior. Para ele, o único teórico que merece ser tratado como pioneiro é Ferdinand de Saussure.

O outro discurso em oposição ao qual se constitui o projeto hjelmsleviano é o do humanismo. O lingüista dinamarquês pretende apreender, com premissas puramente formais, a estrutura específica da linguagem. Isso não quer dizer que ele não reconheça as flutuações e as mudanças da fala, mas significa que não atribui a elas um papel preponderante em sua teoria. Ao contrário, o que ele deseja, de fato, é a procura da "constância", que se mantém sob variadas manifestações. Ora, a tradição humanista nega a existência de uma constância nos fenômenos humanos e, mais ainda, recusa a legitimidade de sua procura. Para ela, os fenômenos humanos, ao contrário dos da natureza, são singulares e, portanto, não podem ser submetidos a generalizações. Só podem ser descritos, pois não são passíveis de interpretação sistemática. O projeto humanista tem ainda muitos defensores, principalmente, entre os estudiosos das artes. Parece extremamente sedutor abraçar esse projeto, pois, segundo seus adeptos, ele colocaria em primeiro plano a liberdade do ser humano. No entanto, parece difícil, depois de Marx e de Freud, imaginar um homem livre de quaisquer coerções sociais ou psíquicas. Só o conceito burguês de sujeito, mestre absoluto de suas ações, pode sustentar o projeto humanista.

Aparece aqui o primeiro postulado básico do projeto de Hjelmslev: a todo processo corresponde um sistema e é este que permite analisar e descrever aquele com um número restrito de premissas. Isso significa que o processo é constituído de um número limitado de elementos que reaparecem em novas combinações. A teoria tem que ser preditiva, pois permite fazer um cálculo das combinações possíveis, prognosticando, dessa forma, os eventos possíveis e as condições de sua realização (Hjelmslev 1975: 8).

Hjelmslev, ao contrário de seus críticos, é extremamente cuidadoso. Não pretende fazer *tabula rasa* do humanismo. Ao contrário, deseja que as ciências humanas não negligenciem o que para ele é sua tarefa central, constituir o humanismo em objeto de ciência.

A lingüística, como uma das ciências humanas, não pode constituir-se diferentemente do que se propôs acima. Ela deve buscar, por meio do processo, tal como ele se realiza no texto, um sistema fonológico, um sistema semântico e um sistema gramatical. A lingüística até então buscara explicar o que transcendia à linguagem e, por isso, era imprecisa e subjetiva, quando não, uma descrição anedótica dos fatos. Veja-se, por exemplo, a etimologia, que não passava de uma coleção imprecisa de historietas sobre as palavras.

O objetivo da teoria da linguagem deve ser a verificação da tese de que um

sistema subjaz ao processo e de que uma constância subentende as flutuações (Hjelmslev 1975: 9).

As objeções humanistas a esse projeto estarão corretas, se ele fracassar, não nos detalhes de sua execução, mas no seu princípio.

PRINCÍPIOS DA TEORIA DA LINGUAGEM

A descrição científica deve ser não contraditória, exaustiva e tão simples quanto possível. Simplicidade significa que ela deve ser elaborada a partir das premissas exigidas necessariamente por seu objeto. Essas três exigências estão dispostas numa hierarquia, ou seja, a exigência da não contraditoriedade prevalece sobre a da exaustividade e esta, sobre a da simplicidade. Esse princípio sobre o qual se assenta a descrição é o chamado *princípio do empirismo*: a teoria, em suas aplicações, deve conduzir a resultados conformes com os dados da experiência (Hjelmslev 1975: 11). A teoria lingüística deve, assim, explicar a capacidade que os homens têm de falar, desvelando o sistema que está sob o processo e mostrando como este se organiza.

A afirmação do princípio do empirismo não sujeita o projeto hjelmsleviano ao método indutivo, em que se passa de um objeto limitado para outro que o seja menos. Isso era o que fazia a lingüística anterior, que trabalhava sempre com a indução, indo do componente para a classe. Estudava os sons particulares para chegar aos fonemas (classes de sons), depois, analisava as classes dos fonemas, e assim sucessivamente, num movimento que sintetiza ao invés de analisar, que generaliza em lugar de especificar. A indução não permite fazer comparações, porque os conceitos obtidos só se aplicam a um dado estágio de uma determinada língua. Termos como perfeito, genitivo, subjuntivo, voz passiva, etc. abarcam fenômenos diferentes nas diversas línguas. Assim, por exemplo, quando falamos em pretérito perfeito simples em italiano e em português ou quando tratamos do genitivo em latim, em romeno e em inglês, estamos referindo-nos a fatos com valores diversos. Por isso, Hjelmslev propõe fazer um caminho diferente: partir do texto em sua totalidade absoluta e não analisada, tomado como uma classe analisável em componentes. Esses componentes são considerados classes analisáveis em componentes e assim por diante até se esgotarem as possibilidades de análise. Esse procedimento é dedutivo, pois vai da classe para os componentes.

O método empírico e dedutivo esclarece a relação entre teoria e "dados da experiência". É possível ver essa questão do ponto de vista do sentido unilateral ou recíproco das influências possíveis entre a teoria e seu objeto: é o obje-

to que determina e afeta a teoria ou é a teoria que determina e afeta seu objeto? (Hjelmslev 1975:15).

O termo "teoria" tem diversos sentidos. Pode, por exemplo, designar um sistema de hipóteses. Nesse caso, é indubitável, diz o lingüista dinamarquês, que a relação de influência entre a teoria e seu objeto seja unilateral: é este que afeta e determina aquela. A hipótese, quando confrontada com o objeto, pode revelar-se verdadeira ou falsa. Hjelmslev usa a palavra "teoria" num sentido diferente. Nele, dois fatores, aparentemente contraditórios, têm igual importância. De um lado, a teoria é arbitrária, o que quer dizer que, em si mesma, ela não depende da experiência, não implica nenhum postulado de existência, ou seja, constitui um sistema dedutivo puro, no sentido de que é ela, e apenas ela, que, a partir das premissas por ela enunciadas, permite o cálculo das possibilidades que resultam dessas premissas. De outro, a teoria é adequada, no sentido de que certas premissas nela enunciadas preenchem as condições necessárias para que esta se aplique aos dados da experiência. Estes não podem contrariar a validade da teoria, apenas sua aplicabilidade (Hjelmslev 1975: 14-17). Exemplifiquemos esse aparente paradoxo com a teoria narrativa desenvolvida pela semiótica francesa.

Estabelecidas as premissas básicas dessa teoria (por exemplo, enunciados de estado e de fazer e actantes), como ela permite que se deduzam teoremas que devem ter sempre a forma de implicação ou podem ser transpostos para uma condicional dessa relação, começa-se a calcular as possibilidades que determinam programas narrativos, tipos de programas narrativos, percursos narrativos, esquemas narrativos e assim por diante. Num dado momento, verifica-se que essas possibilidades dão conta das narrativas que dizem respeito à aquisição ou perda de objetos tesaurizáveis, mas não permitem explicar as narrativas que concernem à transformação dos estados passionais dos actantes. Nesse momento, é a condição de aplicabilidade da teoria que está em questão, não a teoria em si, na medida em que ela é um cálculo correto, a partir das premissas estabelecidas. O que é necessário fazer é estabelecer novas premissas que tornem o cálculo mais complexo e mais abrangente. Foi o que fez a semiótica, quando incorporou à teoria a questão da modalização dos sujeitos de estado, que permite estudar o problema dos estados patêmicos.

A teoria e os teoremas possibilitam elaborar hipóteses, cuja validade, ao contrário da teoria, depende de sua verificação.

A teoria da linguagem define seu objeto, ao estabelecer suas premissas por intermédio de um procedimento ao mesmo tempo arbitrário e adequado. Ela consiste, pois, num cálculo cujas premissas são gerais e em número restrito. Esse cálculo

permite prever as possibilidades, mas, de modo algum, pronuncia-se acerca de suas realizações. Em *As astúcias da enunciação*, parte-se de uma premissa geral de que se podem neutralizar as oposições de pessoa, de tempo ou de espaço, para produzir, respectivamente, embreagens actanciais, temporais e espaciais. Como existem três pessoas e duas pessoas ampliadas, o cálculo prevê a possibilidade de vinte possibilidades de embreagens actanciais. Em seguida, verifica-se as que efetivamente ocorrem (Fiorin 1996).

Hjelmslev formula uma exigência, que se poderia chamar oximórica, para a teoria: pelo seu caráter arbitrário, ela é a-realista; em virtude de seu cunho adequado, é realista (1975: 17).

OBJETO DA TEORIA DA LINGUAGEM

Uma teoria tem por objetivo "*elaborar um procedimento por meio do qual se possa descrever, não contraditória e exhaustivamente, os objetos dados de uma suposta natureza*" (Hjelmslev 1975: 19). Em outras palavras, ela visa a estabelecer um método para reconhecer e compreender um dado objeto. No entanto, se ela permanecer no nível do reconhecimento dos objetos, terá um alcance bastante limitado. Segundo Hjelmslev, ela deve ser preditiva, ou seja, ser geral, capaz de abarcar em seu cálculo todos os objetos possíveis da mesma natureza. Uma teoria da linguagem interessa-se por textos. Por conseguinte, ela deve ser suficiente para reconhecer qualquer texto possível. O texto é um processo. A predição diz respeito ao sistema (ou língua), a partir do qual se estruturam todos os textos, sejam eles realizados ou teoricamente possíveis, de uma língua, de todas as línguas que existem, que existiram ou que existirão (Hjelmslev 1975: 19:20).

Nesse ponto, observamos duas coisas extremamente importantes. Se o texto é o foco principal da teoria da linguagem e ele é da ordem do processo, isso significa que não só o sistema é o objeto da teoria, mas também o processo. Por outro lado, se a teoria deve dar conta do que existe e do que pode existir, o método não pode ser indutivo, pois seria impossível percorrer todos os textos nas diferentes línguas e, mesmo que isso fosse factível, seria preciso dar conta dos textos possíveis, que ainda não existem.

De um lado, em razão do princípio da adequação, a teoria da linguagem realiza um trabalho empírico; de outro, em virtude do princípio da arbitrariedade, opera um trabalho de cálculo das possibilidades (Hjelmslev 1975: 21). Isso parece paradoxal. O lingüista dinamarquês, no entanto, explica. O teórico, com base em certos

dados da experiência – necessariamente limitados –, empreende um cálculo das possibilidades. Isola propriedades comuns a esse campo de dados da experiência, generaliza-as e estabelece-as por definição. A partir desse momento, ele decide, arbitrária mas adequadamente, quais são os objetos aos quais a teoria pode ser aplicada e quais são aqueles a que ela não o pode ser. Submete esses objetos a um cálculo que prevê todos os casos concebíveis. Esse cálculo, deduzido a partir da definição apresentada e independentemente de qualquer referência à realidade empírica, fornece o instrumental que permite reconhecer um dado texto e a língua com a qual ele foi elaborado. A teoria não é verificada, ou seja, confirmada ou invalidada, recorrendo-se aos textos ou à língua. O único controle admitido pela teoria é a não contradição ou a exaustividade do cálculo.

A semiótica estabeleceu sua teoria narrativa exatamente de acordo com as propostas hjelmslevianas expostas no parágrafo anterior. Propp recolhe cem contos maravilhosos e isola as propriedades comuns a esse campo, isto é, as 31 funções. Para o teórico russo, essas funções estavam presentes no conto maravilhoso. Ele não faz nenhuma generalização para além desse campo. Greimas estabelece uma generalização arbitrária, mas adequada: uma narrativa é uma transformação. Calculam-se todas as possibilidades de transformações. Decidem-se, então, quais os objetos serão considerados narrativas. Aí por definição (cálculo), verifica-se que, para realizar uma transformação, é necessário um sujeito operador, que, por sua vez, tem de possuir competências necessárias para executar a ação, bem como precisa ser impelido a executar a transformação. Esta, uma vez realizada, deve ser reconhecida. Todo esse cálculo é feito a partir da definição de narrativa estabelecida por Greimas. Como o cálculo foi não contraditório e exaustivo, ele não pode ser negado por dados da experiência. As condições de aplicabilidade não o negam, mas podem obrigá-lo a tornar-se mais abrangente (Greimas 1973).

O cálculo pode permitir estabelecer diversos procedimentos que levam a uma descrição não contraditória e exaustiva de um dado objeto. Nesse caso, deve-se escolher aquele que permite uma descrição mais simples. É o princípio da simplicidade que permite dizer que uma solução é a correta (Hjelmslev 1975: 21). Por exemplo, pode-se dizer que o português tem vogais orais e nasais ou que, como fez Mattoso Câmara, as chamadas vogais nasais são vogais orais seguidas de um arqui fonema consonântico nasal. A descrição de Mattoso é a correta, porque é a mais simples, dado que permite explicar, por exemplo, por que entre uma nasal e uma oral não existe a vibrante simples ou por que não se pode realizar crase, quando uma palavra termina por uma nasal e a palavra seguinte começa por uma oral correspondente (Câmara Júnior 1970: 36-37).

A teoria da linguagem busca o conhecimento imanente, ou seja, que se baseia em si mesmo, da língua, considerada como uma estrutura específica. Procura cons-tâncias no interior da língua e não fora dela. Hjelmslev procede a uma redução de seu objeto. Essa limitação é provisória. Ele vai dividir os problemas, para do mais simples ir até o mais complexo. Para ele, a redução só tem justificativa, se permitir mais tarde uma ampliação de perspectivas, se puder ver a linguagem como um todo organizado e se explicar os fenômenos vizinhos. Inicialmente, ele vai ocupar-se apenas das chamadas línguas naturais (Hjelmslev 1975: 23-24). A partir delas, os círculos irão ampliar-se até que ele introduza todos os aspectos que deixou de lado nessa primeira limitação. É importante chamar atenção para esse aspecto do projeto hjelmsleviano, pois só pode dizer que o lingüista dinamarquês estudou um aspecto muito restrito da linguagem humana aquele que não teve o cuidado de ler seus *Prolegômenos* até o final, quando Hjelmslev vai recuperar, dando-lhes um lugar no novo conjunto, os aspectos que foram descartados inicialmente.

A principal tarefa da teoria da linguagem é explicitar as premissas científicas para o estudo das línguas, evitando ao máximo as premissas implícitas. Para isso, deve estabelecer um sistema de definições. Os conceitos em que se baseia precisam ser definidos e as definições propostas devem basear-se, tanto quanto possível, em conceitos definidos.

As definições devem ser formais e não realistas, ou seja, devem determinar os objetos em relação a outros objetos igualmente definidos ou pressupostos. Seguindo a lição de Braque, Hjelmslev não se interessa pelas coisas, mas pela relação entre elas (Hjelmslev 1975: 25-26). A teoria estabelece, num nível mais profundo, o princípio de análise, que determina sua natureza e os conceitos que dela participam. No nosso caso, o princípio básico é o de que a análise não vai revelar objetos, mas a dependência entre eles ou, em termos mais precisos, o princípio de análise é que o objeto examinado e suas partes só existem em função de relacionamentos ou dependências. Cada parte do objeto só tem existência pelos relacionamentos: "1) entre ela e outras partes coordenadas, 2) entre a totalidade e as partes do grau seguinte, 3) entre o conjunto dos relacionamentos e das dependências" (Hjelmslev 1975: 28). A totalidade do objeto examinado é a soma dessas dependências. Isso significa que os objetos detectados numa análise realista (por exemplo: o substantivo é o termo que nomeia os seres) passam a ser pontos de intersecção nesse feixe de relacionamentos (o substantivo é, por exemplo, o elemento determinado por um adjetivo). A totalidade não se constitui de objetos, mas de dependências. O que tem existência científica no projeto hjelmsleviano são os relacionamentos internos e externos e não sua substância. O lingüista dina-

marquês leva até o limite de suas conseqüências a tese saussuriana de que a língua é forma e não substância.

Se se estabelece que o que tem existência científica são as dependências, deve-se começar a fazer um cálculo sobre as possibilidades de dependências teoricamente possíveis. Elas são três e apenas três: a) dependências mútuas, chamadas interdependências, em que os termos se pressupõem mutuamente; b) dependências unilaterais, denominadas determinações, em que um termo pressupõe o outro, mas não o contrário; c) dependências mais frouxas, intituladas constelações, em que os termos não se pressupõem mutuamente, podendo não obstante figurar juntos (no sistema ou no processo), por oposição a termos que são incompatíveis e que se excluem mutuamente (Hjelmslev 1975: 29-30). Como cada um desses tipos de dependência, pode estar no sistema ou no processo, teremos:

	Sistema	Processo
Interdependências	Complementaridade	Solidariedade
Determinações	Especificação	Seleção
Constelações	Autonomia	Combinação

Exemplifiquemos cada uma dessas dependências no sistema e no processo, lembrando-nos sempre de que as proposições são verdadeiras ou falsas dependendo das definições adotadas para os termos. Complementaridade seria: uma língua não pode ter vogais sem ter consoantes e vice-versa; numa língua não existem determinantes sem determinados nem determinados sem determinantes. Uma solidariedade seria: não existe preposição sem seu objeto, nem o objeto de uma preposição sem ela. Uma especificação seria: numa língua, a desinência supõe a existência de radicais, mas o contrário não é verdadeiro. Seleções seriam: em latim, a preposição *sine* pressupõe um ablativo, mas este não a pressupõe, já que há ablativos regidos por outras preposições ou sem preposição; um sufixo pressupõe um radical, mas não o contrário; na sílaba, uma consoante pressupõe uma vogal, mas a vogal não pressupõe uma consoante. Autonomia seria: numa língua, podem aparecer juntos morfemas de gênero e de número; no entanto, um não pressupõe o outro. Uma combinação seria: em latim, a preposição *ab* e o ablativo podem aparecer juntos, mas não há pressuposição unilateral nem recíproca entre eles, dado que o *ab* pode aparecer junto com radicais verbais, como em *abesse* "estar ausente", e o ablativo pode aparecer com outras preposições ou sem preposição. Em oposição a essa combinação, temos que a preposição *ad* e o ablativo se excluem mutuamente. Esses exemplos foram dados apenas para que se entenda bem

cada um dos tipos de dependência no sistema e no processo. No entanto, como a teoria é um puro cálculo, não tem ela compromisso com a existência de todos os tipos concebíveis de relações.

A análise deve reconhecer as dependências, pois um texto e qualquer uma de suas partes são analisáveis em partes definidas por dependências dessa natureza.

Definida formalmente, a análise é a descrição de um objeto por meio de dependências homogêneas de outros objetos em relação ao primeiro e das dependências entre eles reciprocamente. Será chamada classe um objeto submetido a análise; serão denominados componentes da classe os objetos registrados por uma única análise como dependendo, de modo homogêneo, uns dos outros e da classe. Por exemplo, a sílaba pode ser considerada uma classe, sendo as vogais e consoantes os componentes dessa classe; a palavra pode ser tomada como uma classe, sendo os radicais e os afixos seus componentes. Uma classe de classes é uma hierarquia. Na teoria da linguagem, operamos com duas hierarquias, o processo e o sistema. No processo, dado que a relação entre os termos é sintagmática, a classe é uma cadeia, enquanto os componentes são partes dela. São cadeias, por exemplo, as orações, as palavras, as sílabas; são partes, respectivamente, as palavras, os radicais, os afixos, as consoantes, as vogais etc. Chamaremos, então, divisão a análise de um processo. No sistema, as classes são chamadas paradigmas, enquanto os componentes são denominados membros. Os nomes contáveis ou os determinantes, por exemplo, formam um paradigma, enquanto cada um dos nomes contáveis ou cada um dos determinantes (ou melhor, cada espécie de determinante) são os membros. Denominaremos, então, articulação a análise de um sistema. A primeira tarefa da análise, será efetuar a divisão de um processo, ou seja, um texto, que é uma cadeia, cujas partes (proposições, palavras, sílabas) são também cadeias, com exceção das partes irredutíveis que não podem ser submetidas à análise. A exigência de exaustividade não permite que se divida o texto apenas uma vez. As partes que a primeira análise encontra deverão, por sua vez, ser divididas e assim por diante até que não seja mais possível realizar divisões ulteriores. Cada divisão é pressuposta por outras divisões e/ou pressupõe outras divisões. Em seguida, é preciso articular as partes em paradigmas (Hjelmslev 1975: 33-37).

FUNÇÕES

É preciso agora explicitar melhor o que é uma dependência. Ela é uma função. Em Hjelmslev, o sentido desse termo está a meio caminho do significado lógico-

matemático e do significado etimológico. De um lado, a função é uma relação; de outro, ela representa um papel particular, ocupa um "lugar" preciso na cadeia. O primeiro sentido é o que é o mais importante no projeto hjelmsleviano, onde a função é uma dependência que preenche as condições de uma análise (classe e seus componentes, ou seja, cadeias e partes ou paradigmas e membros). Funtivo de uma função é um objeto que tem uma função com outro objeto. Assim, o funtivo contrai uma função. Por exemplo, uma sílaba, como *se*, é uma função, em que o funtivo *s* contrai uma função com o funtivo *e*. As funções podem ser funtivos, porque pode haver função entre as funções. O gênero é uma função contraída entre o masculino e o feminino. A função contraída entre gênero e radical nominal é uma função em que o funtivo gênero é também uma função. O funtivo que não é uma função será denominado grandeza (Hjelmslev 1975: 39-40).

Os funtivos podem ser de dois tipos, constantes e variáveis. Os primeiros são aqueles cuja presença é condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem uma função. Os segundos são aqueles cuja presença não é condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem uma função. Assim, na função que a consoante contrai com uma vogal para formar uma sílaba, a vogal é a constante e a consoante é a variável (Hjelmslev 1975: 40).

Se os funtivos podem ser de dois tipos, pode-se fazer um cálculo para determinar os tipos de funções existentes. Elas podem ser de três espécies: entre duas constantes, entre uma constante e uma variável e entre duas variáveis. Desse modo, podem ser mais bem definidas as dependências mostradas acima. Uma interdependência é uma função entre duas constantes; uma determinação é uma função entre uma constante e uma variável; uma constelação é uma função entre duas variáveis. As funções em que um dos funtivos é uma constante, ou seja, interdependência e determinação, serão chamadas coesões; enquanto, as funções que são contraídas entre apenas um tipo de funtivo, a saber entre duas constantes (interdependências) ou duas variáveis (constelações) serão denominadas reciprocidades, termo que significa que, ao contrário das determinações, essas duas funções não são orientadas (Hjelmslev 1975: 41).

Em razão dessa orientação, é preciso distinguir entre os funtivos da determinação. A constante será chamada funtivo determinado (selecionado ou especificado, se for, respectivamente, funtivo de uma função do processo ou do sistema), enquanto o funtivo variável será chamado determinante (selecionante ou especificante, se for, respectivamente, funtivo de uma função do processo ou do sistema). Assim, na função que o adjetivo contrai com o substantivo, este é uma constante e, por conseguinte, determinado; enquanto aquele é uma variável e, por conseguinte,

determinante. Como se trata de uma função do processo, o substantivo será o selecionado e o adjetivo, o selecionante. Os funtivos que contraem uma reciprocidade, serão denominados interdependentes, quando a função for entre duas constantes (solidários ou complementares, se forem, respectivamente, funtivos de funções do processo ou do sistema); serão chamados constelares, quando a função for entre duas variáveis (combinados ou autônomos, quando forem, respectivamente, funtivos de funções do processo ou do sistema) (Hjelmslev 1975: 41).

Ao formular as definições dessas três espécies de funções, está-se supondo a existência de funções contraídas apenas entre dois funtivos, isto é, funções bilaterais. No entanto, é possível prever a existência de funções contraídas entre mais de dois funtivos, ou seja, funções multilaterais. No entanto, essas funções poderão também ser consideradas funções entre funções bilaterais (Hjelmslev 1975: 41). Está aqui o lingüista dinamarquês diante de um dos problemas mais complexos do estruturalismo: o binarismo. Em latim, a classe gênero é um funtivo multilateral que supõe a presença de três funtivos: o masculino, o feminino e o neutro? Ou ao contrário trata-se de uma classe que supõe uma função contraída entre animado e inanimado, sendo o funtivo animado, por sua vez, uma função contraída entre os funtivos masculino e feminino?

Uma distinção fundamental é que existem funções e...e, ou conjunções, e funções ou...ou, ou disjunções. As primeiras são as funções do processo e as segundas, as funções do sistema. Os mesmos elementos entram no processo e no sistema, contraindo funções diversas. Assim, em *mola*, existe uma função contraída por uma a uma das sílabas. Estas, por sua vez, são funções contraídas pelas funtivos consoante e vogal. São funções no processo e, por isso, são chamadas relações, sendo cada funtivo um relato. O *m* do português, por exemplo, no primeiro lugar da cadeia, contrai função com cada consoante suscetível de aí figurar. Não contrai, pois, função com /r/, /lh/ ou /nh/. São funções do sistema, denominadas correlações, sendo cada funtivo um correlato. Sendo o sistema uma hierarquia, pois contém todos os paradigmas, ou seja, classes constituídas por funções correlacionais, será ele uma hierarquia correlacional. O sistema é, portanto, uma paradigmática. Será chamado língua. O processo será uma hierarquia relacional, uma sintagmática. Será denominado texto (Hjelmslev 1975: 41-44).

Em todos os níveis da linguagem, existem funções. Nela só existem relações. Assim, a relação entre o sistema e o processo é também uma função, em que o sistema é a constante e o processo, a variável. Isso quer dizer que o processo pressupõe o sistema, mas o sistema não pressupõe o processo. Por conseguinte, o processo é virtual, enquanto o sistema é realizado. Não se pode ter um texto, sem que haja uma língua

com a qual ele é realizado, mas pode-se imaginar uma língua, sem que haja textos nessa língua (Hjelmslev 1975: 44). O caso do indo-europeu é exemplar. Trata-se da reconstituição de um sistema, sem que haja nenhum texto realizado nesse sistema. Quando se fala em virtualidade e realização, é preciso definir esses termos. Uma operação que pode ser realizada sobre qualquer objeto será chamada universal. Suas resultantes serão denominadas universais. Já uma operação que pode ser realizada sobre um dado objeto, mas não sobre outro será chamada particular. Suas resultantes serão denominadas particulares. Realizado é o que é objeto de uma análise particular; virtual é o que é objeto de uma análise universal. Como todos os textos pressupõem uma língua, o sistema lingüístico é sempre realizado, ou seja, passível de uma análise particular. É o caso já mencionado do indo-europeu. Como não existe nenhum texto produzido nessa língua, os textos são possíveis, mas não realizados. Pode-se afirmar apenas sua virtualidade (Hjelmslev 1975: 44-45).

SIGNOS E FIGURAS

Há uma particularidade que deve ser observada a respeito das grandezas que resultam de uma dedução. Tome-se, por exemplo, a forma da 2ª pessoa do singular do verbo latino *ire*: *i*. Essa forma é um período, uma oração, uma palavra, uma sílaba, um som. Se isso acontece, é preciso formular uma regra de transmissão que diz que, em dadas condições, certas grandezas passam intactas de um estágio para outro, enquanto certas grandezas do mesmo grau são submetidas à análise. Deve-se observar que, embora a forma *i* do exemplo acima passe intacta de um estágio para outro, uma coisa é analisá-la no nível do período, outra no nível da frase, e assim sucessivamente.

Em cada divisão particular da cadeia, podemos fazer um inventário das grandezas que contraem as mesmas relações, o que significa que podem ocupar o mesmo lugar na cadeia. Por exemplo, quando estamos analisando as sílabas em sons, verificamos que só podem contrair funções em posição de travamento silábico em português os seguintes elementos fônicos: /l/, /N/, /S/, /r/ (Câmara Jr. 1970: 42). Em cada estágio, vamos fazendo os inventários dos elementos obtidos: das frases, das palavras, das sílabas etc. Observa-se que o número de elementos obtidos nos diferentes estágios vai diminuindo, de forma que o analista passa do ilimitado para o limitado, do grande número para o pequeno número. A base da invenção do alfabeto foi exatamente a análise do pequeno número de fonemas. Se não houvesse inventários limitados, não poderia haver uma descrição simples e exaustiva do sis-

tema que está por trás do processo. Por isso, a análise deve conduzir a grandezas de extensão mínima e em menor número possível. Há duas constatações sobre o trabalho de análise: a) uma grandeza pode ter a mesma extensão de uma grandeza de outro grau; b) os inventários tornam-se cada vez mais limitados no curso da análise (Hjelmslev 1975: 47-48). Essas duas afirmações têm uma importância muito grande quando se passa a considerar a linguagem como um sistema de signos.

O signo é portador de uma significação, o que o distingue dos não signos. Como textos, períodos, orações, palavras veiculam significação, são signos. Note-se que o signo, para Hjelmslev, independe da extensão. Os signos mínimos não são as palavras, mas unidades menores, que a lingüística chama morfemas. Numa palavra como *amássemos*, há quatro elementos portadores de significação, que não podem ser divididos em outros elementos que veiculam significação: *am* (idéia de amar), *a* (indicador da 1ª conjugação), *sse* (indicador do pretérito imperfeito do subjuntivo), *mos* (indicador de 1ª pessoa do plural). Esses elementos são signos mínimos: os menores elementos portadores de significação. É preciso observar que a significação é sempre contextual, mesmo no caso dos signos mínimos (Hjelmslev 1975: 47-51). O signo *a* será marca de feminino apenas quando contrai uma função com um radical nominal. Se contrair uma função com um radical verbal, indicará a 1ª conjugação. Toda grandeza define-se de modo relativo, ou seja, pelo lugar que ocupa no contexto. As significações chamadas lexicais de certos signos são significações contextuais artificialmente isoladas e parafraseadas. Assim, por exemplo, o verbo *gozar* significa "sentir prazer, atingir o orgasmo", apenas quando estiver no contexto sujeito experimentador/ verbo (O homem gozou). No contexto sujeito experimentador/ verbo/ complemento expresso por nome não animado, significa "tirar prazer ou proveito" (A jovem gozava as delícias da noite). No contexto sujeito agente/ verbo/ complemento formado de *de* + nome significa "ironizar, debochar" (Meus amigos estavam gozando do meu sapato). Com sujeito inativo e complemento constituído por *de* + nome abstrato significa "ter" (Os políticos não gozavam de boa reputação).

A análise não pára nos signos mínimos. A experiência mostra que, em todas as línguas conhecidas, os signos são formados por grandezas, como as sílabas e os fonemas, que não veiculam significação e, portanto, não são expressões de signos. O fato de um morfema como *a* (artigo ou marca de feminino ou indicador de 1ª conjugação) ser também uma sílaba ou um fonema indica que, em cada nível de análise, temos objetos diferentes. Esse fato mostra que a análise em signos deve ser abandonada e que expressão e conteúdo devem ser analisados separadamente. Deve-se isolar, em cada um desses planos, um número limitado de grandezas que

não são necessariamente passíveis de ser comparadas com as grandezas do plano oposto (Hjelmslev 1975: 51).

Sendo a linguagem um sistema de signos, sua finalidade é a de formar novos signos, um número muito grande deles. Apesar disso, ela deve ser fácil de manejar, bem como prática de aprender e ser utilizada, o que, dada a necessidade de quantidade muito grande de signos, só é realizável se os signos forem formados com não signos, em número bastante limitado. Esses não signos que servem para formar signos são denominados figuras. O traço essencial da linguagem humana é que, a partir de um número limitado de figuras, arranjadas de maneiras diversas, pode-se construir um número ilimitado de signos (Hjelmslev 1975: 51). Poder-se-ia pensar que, quando o lingüista dinamarquês fala em não signos, está referindo-se apenas aos elementos da expressão, como, por exemplo, os fonemas. No entanto, como se verá em seguida, ele vai considerar figuras também os traços do plano do conteúdo, os semas.

A linguagem, pela sua finalidade, é, segundo Hjelmslev, um sistema de signos. Pela sua estrutura interna, no entanto, é um sistema de figuras que servem para formar signos.

FORMA E SUBSTÂNCIA

O signo nas teorias lingüísticas tradicionais era visto como a expressão de um conteúdo exterior ao próprio signo. Uma definição medieval dizia que ele era *aliquid pro aliquo*. Saussure começa sua teoria do signo, dizendo que ele não une um nome a uma coisa, mas um conceito a uma imagem acústica, ou seja, é um todo formado por um significante e um significado, ou, nas palavras de Hjelmslev, uma expressão e um conteúdo (Saussure 1969: 80). Hjelmslev constata que não sabemos exatamente o que é o signo e, por conseqüência, devemos partir daquilo que conhecemos, a função semiótica, que está situada entre duas grandezas, a expressão e o conteúdo. Nota que existe uma solidariedade entre a função e os fúntivos, pois não pode haver a função semiótica sem a presença necessária e simultânea dos dois fúntivos. Por outro lado, expressão e conteúdo não podem existir sem a função semiótica que os une, o que significa que os dois fúntivos se pressupõem mutuamente. Como diz o lingüista dinamarquês, a expressão só é expressão porque é expressão de um conteúdo e o conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão (1975: 53-54).

Não se deve confundir ausência de conteúdo com ausência de sentido, pois um dado conteúdo lingüístico pode ser, levando em consideração um ponto de vista

qualquer (por exemplo, o da lógica), desprovido de sentido. Por exemplo, a escrita automática dos dadaístas é desprovida de sentido, mas não o é de conteúdo.

Segundo Hjelmslev, é preciso repensar a definição de signo dada por Saussure, pois ele tomou os dois fônicos separadamente e não tratou da função semiótica. Para o mestre genebrino, o pensamento é uma nebulosa, onde nada está delimitado. Anteriormente à língua, não existem idéias. A mesma coisa ocorre com a substância fônica. A língua é, então, "*uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons*" (1969: 130). A massa amorfa do plano fônico e do pensamento constitui a substância da expressão e do conteúdo, respectivamente; enquanto as delimitações feitas pela língua são a forma. Em Saussure, a substância precede a forma. Hjelmslev vai fazer uma radical mudança nas concepções de forma e de substância (1975: 55-64)

Todos os homens são atingidos pelas mesmas sensações, pelas mesmas percepções e pelas mesmas impressões, que constituem uma massa amorfa. A ela Hjelmslev vai chamar sentido, que é uma grandeza não analisável, passível, no entanto, de análise do ponto de vista lógico, psicológico, etc. Essa grandeza é um fator comum a todas as línguas, o que quer dizer que todos os homens, por exemplo, percebem o mesmo espectro de cores. Esse sentido vai ser ordenado, articulado, formado de maneira diferente nas diversas línguas.

Dentro dessa massa amorfa cada língua estabelece suas fronteiras. Uma língua, como o latim, distingue, nos diversos matizes de branco ou de preto, as cores brilhantes das foscas *ater* (preto fosco) vs *albus* (branco fosco); *niger* (preto brilhante) vs *candidus* (branco brilhante). As línguas românicas não fazem essa distinção. Nas percepções do tempo, essas línguas distinguem o pretérito perfeito do pretérito imperfeito, enquanto uma língua como o inglês não o faz. O grego distingue, na percepção do contável, o singular, o dual e o plural, enquanto o latim e as línguas românicas diferenciam apenas o singular do plural. Em grego, faz-se a distinção entre o amor divino (*agápe*), o amor humano com idéia de sensualidade (*éros*) e o amor humano sem idéia de sensualidade (*filia*). Essas fronteiras diferentes vão constituir distintos paradigmas. Nesses paradigmas, os termos se diferenciam por valores diferentes. Cada língua enfatiza valores distintos. Essas diferenças constitutivas dos paradigmas são a forma do conteúdo no domínio do sistema.

Por outro lado, no processo, cada língua combina também diferentemente os conteúdos. Uma língua, como o inglês, exprime a "negação do conhecimento pelo sujeito que fala", combinando o pronome sujeito de primeira pessoa, *I* + o verbo *to do*, tomado como auxiliar, para exprimir o tempo e a pessoa + a partícula negativa

not + o verbo conhecer no infinitivo, *know*: "I do not know". O francês expressa esse mesmo sentido, combinando o pronome sujeito de primeira pessoa, *Je* + a primeira parte do morfema de negação, *ne* + o verbo saber na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, *sais* + a segunda parte do morfema de negação, *pas*: "Je ne sais pas". O português exprime o mesmo sentido, com a partícula de negação *não* + a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo saber, *sei*: "Não sei". Como se vê, o sentido não formado que se pode extrair de uma dessas cadeias lingüísticas assume uma forma diferente em cada língua. Cada uma delas dá ênfase a valores distintos numa ordem diversa. O mesmo sentido estrutura-se diferentemente nas distintas línguas. A maneira de combinar diferentemente o conteúdo nas diversas línguas constitui a forma do conteúdo no processo.

A forma do conteúdo, que é independente do sentido, com o qual ela mantém uma relação arbitrária, transforma o sentido em substância do conteúdo, ou seja, em conceitos. Isso significa que a substância não precede a forma como em Saussure, mas é resultado de uma forma. Os conceitos (substância do conteúdo) presentes em cada língua são resultantes de diferenças paradigmáticas e dos modos de organização dos conteúdos (forma do conteúdo). A substância depende da forma e não se pode atribuir a ela um sentido independente.

No âmbito da expressão, ocorre a mesma coisa que no plano do conteúdo. Temos um domínio fonético-fonológico, que constitui uma massa amorfa de sons. Por homologia com o conteúdo, Hjelmslev vai denominar de sentido da expressão essa massa. Nele, cada língua recorta arbitrariamente os fonemas. O francês diferencia vogais anteriores arredondadas e não arredondadas, o que permite distinguir *vie* e *vue*, *blé* e *bleu*, *père* e *peur*. O português tem apenas um *a*, vogal baixa, enquanto o romeno tem três, uma vogal baixa, uma média e uma alta. O grego distingue consoantes oclusivas não aspiradas e aspiradas, o que possibilita distinguir, por exemplo, *patos* (passo) e *pathos* (paixão). O latim diferencia consoantes geminadas e simples, o que leva a opor *mitis* (maduro) a *mittis* (envias). Essas fronteiras diferentes estabelecidas na massa amorfa dos sons vão constituir paradigmas diversos. As diferenças constitutivas dos paradigmas (por exemplo: arredondada vs não arredondada; geminada vs não geminada; alta vs média vs baixa) são a forma da expressão no âmbito do sistema da expressão.

Por outro lado, cada língua combina os sons diferentemente. O português, por exemplo, não admite a presença do /r/, /lh/ ou /nh/ em posição inicial de palavras. O acento do português pode cair na última, na penúltima, na antepenúltima e na quartúltima sílabas, enquanto em francês ele só pode ocorrer na última sílaba. Algumas línguas só têm sílabas formadas com a estrutura CV, enquanto outras po-

dem ter sílabas mais complexas. O inglês tem sílabas terminadas em /t/, enquanto o português não as admite. A maneira diferente de combinar os traços da expressão constitui a forma da expressão no processo.

A forma de expressão, ou seja, distinções paradigmáticas e modos de organização sintagmática da expressão, produz a substância da expressão, que são os sons.

Falar com sotaque é formar um sentido da expressão, conforme as condições funcionais (a forma) dadas pela língua materna do falante. Como em português não há quase elisão de vogais, os brasileiros falam francês pronunciando todas as vogais, o que caracteriza sua fala nessa língua.

A substância da expressão e do conteúdo (sons e conceitos, respectivamente) existe em função da forma (diferenças constitutivas dos paradigmas do conteúdo e da expressão e modos de organizar sintagmaticamente o conteúdo e a expressão), que se projeta, como diz Hjelmslev, sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua (1975: 61).

Voltemos agora à definição de signo. Dizia-se que o signo era signo de alguma coisa. Efetivamente ele o é. Ele é signo de uma substância: uma substância da expressão (sons) e uma substância do conteúdo (conceitos). No entanto, como a substância resulta de uma forma, o signo só pode ser signo de alguma coisa, na medida em que ele é uma unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e estabelecida pela solidariedade denominada função semiótica. Como a forma é arbitrária em relação ao sentido e como a substância resulta da forma, a língua não é uma nomenclatura, uma reserva de etiquetas a serem coladas sobre objetos preexistentes. Cada signo comporta uma forma da expressão e uma forma do conteúdo, que geram, respectivamente, sons e conceito.

Todo texto, um processo, é inicialmente divisível numa linha da expressão e numa linha do conteúdo. Os paradigmas, classes do sistema, têm uma face da expressão e uma face do conteúdo. Para designar a linha e a face por um mesmo termo, Hjelmslev cria as expressões "plano do conteúdo" e "plano da expressão". Elas não são sinônimos perfeitos dos vocábulos "significado" e "significante", pois contêm uma dimensão formal, que não estava presente nos termos saussurianos, já que, na obra do lingüista de Genebra, o significado e o significante eram definidos substancialmente, e ao mesmo tempo elas comportam uma dimensão sintagmática e uma paradigmática, que também estavam ausentes da concepção de Saussure.

Hjelmslev formula o princípio da isomorfia dos dois planos: eles podem ser descritos de modo inteiramente análogo, de modo a prever, nos dois planos, categorias definidas de modo idêntico.

O objetivo da análise proposta por Hjelmslev era chegar às invariantes que exis-

tem sob a variação (1975: 65-77). Para isso, seria preciso fazer um levantamento exaustivo e simples em todas as fases da análise, mas principalmente na última, pois nela se reconhecem as grandezas irreduzíveis, que constituem a base do sistema, pois é a partir delas que todas as outras grandezas da língua são construídas. É importante para a simplicidade de toda a análise que essas grandezas sejam no menor número possível. Essa exigência é formulada por Hjelmslev em dois princípios derivados do princípio da simplicidade: o princípio da economia e o da redução. O primeiro diz que "*a descrição é feita conforme um procedimento que deve ser organizado de modo tal que o resultado seja o mais simples possível, devendo deter-se a descrição quando ela não mais conduz a uma ulterior simplificação*" (1975: 65). O segundo afirma que "*cada operação do procedimento deve ser continuada ou repetida até que a descrição se esgote e deve cada fase conduzir ao registro dos objetos cujo número é o menor possível*" (1976: 66).

A fim de satisfazer o princípio da redução, é necessário estabelecer um método seguro que permita, em condições determinadas com exatidão, reduzir duas grandezas a uma única, ou seja, identificar duas grandezas uma com a outra. Trata-se de estabelecer as variantes e as invariantes.

Para fazer essa análise, é preciso começar por reconhecer as unidades, o que se faz pelo método da comparação dos parciais iguais e parciais diferentes. Por exemplo, se estivéssemos analisando as partes da sílaba em uma língua que apresentasse as sílabas *cra*, *ra*, *ca*, *a*, poderíamos estabelecer que *cr* não é uma unidade, mas é formada das unidades *c* e *r*, porque os dois elementos aparecem independentemente um do outro. Por outro lado, poder-se-ia concluir que o *a* é a parte central da sílaba e os outros elementos a parte marginal, pois temos uma seleção, em que o fônico selecionado (constante) é o *a* e os selecionantes (variáveis) são os outros elementos. Estabelecidas as unidades do nível que se está analisando, podem-se estabelecer os paradigmas das unidades que ocupam o mesmo lugar na cadeia. Se estivermos analisando os fonemas consonânticos do português, podemos estabelecer paradigmas como: em posição intervocálica, /b/, /d/, /g/, /p/, /t/, /k/, /f/, /s/, /sh/, /v/, /z/, /ge/, /m/, /n/, /nh/, /l/, /lh/, /r/, /rr/; em posição inicial, todas as mencionadas anteriormente, exceto /r/, /lh/, /nh/ e assim por diante. Em seguida, para estabelecer o registro das invariantes e para distinguir entre variantes e invariantes, é preciso levar em conta o fator distintivo. Estamos em presença de uma invariante da expressão, quando, num contexto idêntico, um elemento da expressão for trocado por outro e isso acarretar uma alteração de sentido. Se trocarmos o /b/ por /p/ no contexto *-ata* (pata/bata), temos uma alteração de sentido. Portanto, /b/ e /p/ são duas invariantes. Se a troca for efetuada,

sem que haja alteração no plano do conteúdo, estaremos em presença de duas variantes. Por exemplo, se trocarmos /t/ por /tch/ no contexto *-ia* (tia/tchia), não ocorre uma alteração no plano do conteúdo. Por conseguinte, /t/ e /tch/ são duas variantes do plano da expressão. Não ocorrem alterações de sentido na troca, em final de sílaba, do /r/ do Rio de Janeiro ou do interior de São Paulo. São, portanto, variantes de uma mesma invariante.

Hjelmslev dá uma formulação mais precisa para o que foi explicado acima. Há uma diferença entre invariantes da expressão, quando a uma correlação do plano da expressão corresponde uma correlação do plano do conteúdo (correlação é uma função ou...ou). Essa correlação é consequência da solidariedade entre expressão e conteúdo (1975: 69).

Esse princípio deve ser estendido a todas as outras invariantes da língua, seja o grau ou o lugar que ocupam. Isso significa que o princípio da distinção aplica-se a todas as unidades da língua, independentemente de sua extensão. Por exemplo, se tomarmos as palavras "menino" e "meninos", veremos que o *s* é marca de plural porque se trocarmos o *s* por *o*, há uma alteração de sentido.

Essa relação é reversível, ou seja, a distinção entre variantes e invariantes do conteúdo deve ser feita pelos mesmos critérios. Só há, pois, duas invariantes distintas de conteúdo, se a correlação entre elas tem relação com uma correlação da expressão. Por exemplo, os traços /masculino/ e /feminino/ são invariantes na língua, pois se forem trocados no mesmo contexto, em que aparecem os traços /humano/, /adulto/, a troca acarretará uma mudança no plano da expressão: homem por mulher.

O princípio da redução, com o estabelecimento de invariantes, possibilita registrar as figuras do plano da expressão e do plano do conteúdo. Ora, isso vai permitir que os ilimitados signos da língua possam ser descritos, no que diz respeito ao conteúdo, por um número limitado de figuras. A análise do conteúdo era vista como uma coisa impossível, porque nela não havia um método seguro que permitisse atender ao princípio de redução. O plano de conteúdo deve ser analisado em componentes menores do que os conteúdos mínimos dos signos. Por exemplo, se tomarmos um signo como "touro", ele pode ser analisado em elementos menores como /bovino/, /reprodutor/, /macho/, /adulto/. Esses elementos são invariantes do plano do conteúdo, porque trocando /bovino/ por /suíno/, temos "cachaço"; /bovino/ por /eqüino/, temos "garanhão"; /reprodutor/ por /não reprodutor/, temos "boi"; /macho/ por /fêmea/, temos "vaca"; /adulto/ por /não adulto/, temos "bezerro". "Vaca" é formada das figuras /bovino/, /reprodutor/, /fêmea/, /adulto/. Se trocarmos /bovino/ por /suíno/, temos "porca". Essa operação pode ir sendo feita até chegarmos às figuras de conteúdo de uma língua que formam a totalidade dos signos.

A definição de uma grandeza qualquer deve ser entendida como sua divisão, seja na expressão, seja no conteúdo. Assim, constitui uma definição do signo "cavalo" no plano do conteúdo sua divisão em /eqüino/, /macho/, /não reprodutor/, /adulto/ e no plano da expressão nas sílabas ca-, va-, -lo.

Pode-se aumentar a eficácia da redução, considerando os conectivos como um funtivo, que, em certas condições, é solidário de unidades complexas de um determinado grau. Assim, se estabelecermos que a conjunção temporal "quando" contrai uma função com uma oração, podemos considerar a oração principal e a oração subordinada como variantes de uma mesma oração ("Ele saiu, quando você chegou"/ "Você chegou, quando ele saiu"), pois não serão duas espécies de oração, mas duas funções de oração, sendo a oração principal a selecionada e a subordinada a selecionante. Da mesma forma sujeito e atributo passam a ser funções de um mesmo substantivo, em casos como "um homem professor é raro" ou um "professor homem é raro", sendo o sujeito o funtivo selecionado e o atributo o funtivo selecionante. A classificação dos funtivos em variantes e invariantes acaba com a tradicional distinção em morfologia e sintaxe (Hjelmslev 1975: 74-75).

O registro da relação entre a correlação da expressão e a do conteúdo deve ser efetuada nos dois planos para todas as grandezas do texto. Será chamada "comutação" a correlação de um plano que contrai correlação com o outro plano da língua (Hjelmslev 1975: 75). A troca de /k/ por /g/ em "cato" e "gato" é uma comutação, porque a correlação (função ou...ou) da expressão corresponde a uma correlação do conteúdo, os dois significados distintos das palavras. É uma comutação a troca de /macho/ por /fêmea/ no conjunto /eqüino/, /reprodutor/, /adulto/, porque essa correlação do conteúdo corresponde à correlação da expressão "garanhão" e "égua". A comutação é uma troca no interior de um paradigma da expressão que corresponde a uma troca no interior de um paradigma do conteúdo e vice-versa. É possível imaginar uma transposição no interior de uma cadeia que contrai uma relação com uma transposição correspondente no outro plano da língua. Nesse caso, ocorre uma permutação. É o que ocorre em "marinheiro brasileiro" e "brasileiro marinheiro". Normalmente, há permutações entre os signos de extensão relativamente grande. Nesse caso, as palavras podem ser definidas como os menores signos que admitem permutação. A comutação e a permutação constituem a mutação (Hjelmslev 1975: 76).

A substituição é a ausência de mutação entre os membros do mesmo paradigma, ou seja, a ausência de comutação (Hjelmslev 1975: 76). Na troca de [tchia] e [tia] não existe comutação porque a troca no plano da expressão não corresponde a uma troca no plano do conteúdo. Certas grandezas, por não pertencerem ao mesmo paradigma, não têm nem comutação nem substituição mútua. Por exemplo,

não se pode comutar uma vogal por uma consoante, nem substituir uma pela outra (Hjelmslev 1975: 76).

As invariantes podem ser definidas formalmente como correlatos de comutação mútua e as variantes como correlatos de substituição mútua (Hjelmslev 1975: 76). É então a prova da comutação que estabelece invariantes. A forma lingüística, que varia de língua para língua, repousa sobre as invariantes. "Madeira" e "bosque" são invariantes em português, mas variantes em francês porque ambas são designadas pela palavra *bois*.

Para Hjelmslev só se pode abordar o conteúdo em relação com a expressão, pois para compreender cada um dos planos é preciso levar em conta o outro. O estudo da expressão e o do conteúdo é o estudo da relação entre eles.

A lingüística interessa-se tanto pelas semelhanças quanto pelas diferenças entre as línguas. Tanto umas, quanto outras são formais. Poder-se-ia pensar que as semelhanças entre as línguas residem no sentido da expressão e do conteúdo. No entanto, ele é informe e, portanto, inacessível ao conhecimento. O sentido só pode ser reconhecido por uma forma. Por isso, quando se fazem gramáticas ontológicas ou se usa a gramática de uma língua para descrever outra, está-se tomando uma formação de sentido estabelecida *a priori*, que não tem necessariamente nenhuma relação com a forma da língua que está sendo descrita (Hjelmslev 1975: 79-80).

A descrição da substância pressupõe a descrição da forma, ou seja, das relações que geram os sons e os conceitos. A língua é forma e, por isso, a lingüística estuda a forma. Outras ciências podem estudar a substância. Por exemplo, a física estuda os sons (substância da expressão) do ponto de vista acústico; a antropologia social estuda os conceitos (substância do conteúdo), para analisar a cultura de um povo. Assim como as outras disciplinas científicas podem e devem analisar o sentido lingüístico sem levar em conta a forma, a lingüística tem por objeto estudar a forma sem se ocupar do sentido. O que Hjelmslev pretende fazer, portanto, é construir uma lingüística cuja ciência da expressão não seria uma fonética e a ciência do conteúdo não seria uma semântica. Em outras palavras, sua lingüística seria erigida em bases internas e funcionais, sem admitir dados fonéticos ou fenomenológicos na ciência da expressão nem dados ontológicos e fenomenológicos na ciência do conteúdo. Seria uma álgebra da língua, que operaria sobre grandezas não denominadas, ou melhor, denominadas arbitrariamente, que só ganhariam designações motivadas por sua ligação com a substância. Para opor-se à lingüística trans-cendentalista e substancialista, o lingüista dinamarquês propõe chamar essa ciência glossemática. Suas variantes irreduzíveis seriam chamadas glossemas (1975: 81-82).

A análise lingüística deve levar ao reconhecimento de uma hierarquia ex-

tralingüística (substância) que contrai uma função com uma hierarquia lingüística (forma). Esta é o esquema lingüístico, aquela é o uso lingüístico, que é subordinado ao esquema. O uso manifesta o esquema. Portanto, a manifestação é a função contraída pelo esquema e pelo uso (Hjelmslev 1975: 83).

LINGUAGENS E NÃO LINGUAGENS

Hjelmslev afastara radicalmente de seu projeto científico todos os sistemas de significação que não as línguas naturais. Dissera que apenas elas constituíam o objeto sobre o qual pretendia debruçar-se. No entanto, depois de fixar em bases extremamente coerentes seu projeto para o estudo das línguas naturais, ele começa a incorporar aquilo que antes descartara. A primeira incorporação ao seu projeto são as outras linguagens. Trata-se de ampliar o objeto da teoria da linguagem. Ele adverte para o fato de que essa ampliação não é um apêndice da teoria lingüística, mas, ao contrário, é uma conseqüência lógica do que foi exposto anteriormente (1975: 109).

Tudo o que foi dito antes se aplica não somente às línguas naturais, mas à linguagem em sentido amplo, pois, como se estuda a forma sem levar em conta a substância, o instrumental teórico pode ser aplicado a toda estrutura cuja forma é análoga à das línguas naturais. Substâncias radicalmente distintas podem estar ligadas a uma mesma forma lingüística. Esse princípio é uma decorrência lógica da relação arbitrária entre a forma e a substância. Por exemplo, a substância da expressão de uma língua natural não são necessariamente sons. Podem ser sinais feitos com as mãos como em linguagens de surdos-mudos, podem ser grafemas, etc. A manifestação é uma seleção, na qual a forma é a constante e a substância é a variável. Isso quer dizer que a substância não condiciona necessariamente a forma, enquanto esta determina aquela. Forma é a constante de uma manifestação, enquanto a substância é a variável de uma manifestação (Hjelmslev 1975: 110-113).

A partir dessas premissas, pode-se definir uma semiótica: "*Hierarquia da qual qualquer um dos componentes admite uma análise ulterior em classes definidas por relação mútua, de tal modo que qualquer dessas classes admite uma análise definida por mutação mútua*" (Hjelmslev 1975: 113). Se uma semiótica é uma hierarquia, ela deve admitir um sistema e um processo; se as classes são definidas por relação mútua, ela possui uma forma; se qualquer classe admite uma análise definida por mutação, ela possui invariantes sobre as quais repousa a forma. Ademais, se ela admite uma análise definida por mutação precisa operar com dois planos, o da expressão e o conteúdo.

O objeto da teoria da linguagem é não somente a língua natural, mas toda e qualquer semiótica, ou seja, todo e qualquer objeto significante. A língua natural é apenas um caso particular desse objeto mais geral. Suas propriedades específicas concernem ao uso e não ao esquema. Hjelmslev está realizando o projeto de Saussure, para quem a lingüística faria parte de uma ciência mais geral, a semiologia (1969: 23-25).

Duas questões surgem, quando se define a semiótica da maneira ampla como foi feita e quando se considera a língua natural um caso particular de semiótica: a) qual o lugar da língua na totalidade de estruturas semióticas? b) qual a fronteira que se estabelece entre semiótica e não semiótica? (Hjelmslev 1975: 115).

Uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas. Essa propriedade permite traduzir numa língua todas as outras línguas e todas as outras semióticas. Isso se deve ao fato de que só as línguas podem formar qualquer sentido, dado que elas possuem uma possibilidade ilimitada de criar signos e têm regras bastante livres que regem a formação de unidades de grande extensão (Hjelmslev 1975: 115). Com efeito, nenhuma semiótica pode forjar signos em grau crescente de abstração até exprimir o que parece inexprimível. Por outro lado, como têm regras bastante livres para formar unidades de grande extensão, as línguas podem formular o que é falso e o que é verdadeiro, o que é ilógico e o que é lógico, o que é belo e o que é feio, e assim por diante.

A distinção entre uma semiótica e uma não semiótica reside no fato de que uma semiótica deve operar com dois planos, isto é, um plano de conteúdo e um plano da expressão. Um conjunto significante opera com dois planos, quando eles não têm a mesma estrutura com uma relação unívoca entre os funtivos de um plano e os de outro plano. Hjelmslev vai dizer que, nas semióticas, os dois planos não devem ser conformes um ao outro. Dois funtivos são conformes se não importa qual derivado particular de um dos funtivos contrai exclusivamente as mesmas funções que um derivado particular do outro funtivo e vice-versa. A partir daí, se institui a seguinte regra: dois componentes de uma mesma classe que se está tentando estabelecer devem ser reduzidos a uma só se forem conformes e não comutáveis. A prova do derivado e a prova do comutável decidem se um conjunto significante é ou não uma semiótica. Uma língua é uma semiótica, porque os funtivos do plano da expressão não têm uma relação unívoca com o plano do conteúdo: por exemplo, os elementos da expressão /oclusivo/ e /constritivo/ não têm qualquer relação necessária e, portanto, unívoca com nenhum elemento do plano do conteúdo. É isso que permite que eles façam parte de diferentes unidades da expressão. O traço /oclusivo/ entra em /p/, /b/, etc. Por outro lado, como não há

relação unívoca entre um elemento da expressão e do conteúdo eles podem ser comutados: por exemplo, "bala" e "sala". Isso significa que esses elementos da expressão e do conteúdo não podem ser reduzidos, na prova do derivado, a um único. Na língua, os elementos de expressão e de conteúdo permitem uma análise em figuras de um e outro plano, que não têm correspondência unívoca. A língua é, pois, um sistema em que os dois planos não são conformes. Já num jogo como o de xadrez, o elemento de expressão "rei" tem uma relação necessária e, portanto, unívoca, com o conteúdo que se poderia traduzir como o papel da peça no jogo. Portanto, na prova do derivado, o elemento da expressão e o elemento do conteúdo podem ser reduzidos a elementos de uma mesma classe. Isso quer dizer que não se pode fazer a comutação, dado que a um mesmo conteúdo corresponde sempre uma mesma expressão. Logo, no jogo de xadrez, o plano de conteúdo e o plano da expressão são conformes. Daí se conclui ele não é uma semiótica, uma vez que não opera com dois planos (Hjelmslev 1975: 117-118).

Hjelmslev vai chamar sistemas de símbolos essas estruturas que são interpretáveis, porque se pode atribuir a elas um sentido, uma substância de conteúdo, mas são monoplanares, dado que não é possível atribuir a elas uma forma de conteúdo, já que expressão e conteúdo são reduzidos a uma só classe. Sistemas semióticos são estruturas biplanares, pois operam com dois planos, uma vez que expressão e conteúdo não são conformes. Os símbolos não admitem uma análise em figuras suscetíveis de compor outros símbolos. Essa análise ulterior em figuras é a característica central dos signos (1975: 118-119). Foice e martelo são o símbolo do comunismo. Pode-se até dizer que a foice representa o campesinato e o martelo, o proletariado. No entanto, a foice só entra com esse sentido na composição desse símbolo e de nenhum outro. O traço do conteúdo /macho/ que aparece em "boi" entra na composição do conteúdo de "touro", "garanhão", "cachorro", "porco", etc.

SEMIÓTICAS CONOTATIVAS E METASSEMIÓTICAS

A primeira incorporação do que havia sido descartado é a de que a teoria da linguagem é uma teoria semiótica e não uma teoria das línguas naturais. No entanto, pelo que se disse até agora, parece que o objeto da teoria da linguagem são as semióticas denotativas, que são semióticas em que nenhum dos planos é uma semiótica, ou seja, semióticas que operam com um plano de expressão e um plano do conteúdo. No entanto, há semióticas cujo plano de expressão é uma semiótica e

semióticas cujo plano de conteúdo é uma semiótica. As primeiras são chamadas semióticas conotativas e as segundas, metassemióticas (Hjelmslev 1975: 121).

Vamos exemplificar essa questão, de maneira bem simplificada, pois estaremos operando com substâncias. Um signo denotado é um signo que une expressão e conteúdo: por exemplo, quando à expressão /olho de gato/ se une o conteúdo "globo colocado na parte anterior da face que serve de órgão da visão para um animal felino, doméstico, macho". Quando o signo inteiro, expressão e conteúdo, é tomado como expressão de um novo conteúdo, temos um signo conotado: por exemplo, "olho-de-gato" significa "dispositivo circular instalado sobre um pequeno poste, nas estradas de rodagem, que reflete a luz dos carros, para indicar as margens da rodovia". A conotação é o acréscimo de um significado a um signo tomado como plano de expressão, porque, para que o segundo significado seja acrescentado, é preciso que ele tenha uma relação com o conteúdo ou a expressão do signo denotado. Essa formulação permite, por exemplo, explicar as conotações atribuídas a determinadas a certas pronúncias.

A metalinguagem é a linguagem que fala da linguagem. Quando se diz que substantivo é o termo que nomeia os seres, toma-se o termo "substantivo", um signo, que tem, pois, um plano de expressão e um plano de conteúdo, como se fosse um plano de conteúdo ao qual se dá outra expressão.

Normalmente, pensamos que um texto é construído numa determinada semiótica e não numa mistura de duas ou mais semióticas. Todo texto, se não for reduzido aos elementos generalizáveis para todos os textos, contém elementos que repousam em sistemas diferentes. Por exemplo, em *Macunaíma*, de Mário de Andrade, o capítulo intitulado "Carta pras icamiabas" é escrito num estilo diferente do dos demais capítulos: é um estilo identificado com o dos pré-modernistas como Coelho Neto, Rui Barbosa, etc., ou seja, um estilo classicizante e até arcaizante. Em *O nome da rosa*, de Umberto Eco, há inúmeras citações em latim. Os funtivos da semiótica denotativa (capítulos, períodos, orações, etc.) contraem uma relação com essas características, que assumem assim o papel de conotadores. Entram nessa categoria os gêneros, os estilos, os idiomas empregados, as variantes lingüísticas, etc.

A estrutura interna de uma língua não é específica e homogênea, o que significa que deve ser incorporada à teoria toda a questão da variação. Os signos de maior extensão, que a análise do texto encontra, são produzidos num dado estilo, numa determinada variante, etc. e podem ser traduzidos num outro estilo, numa outra variante. Isso indica que existe uma substituição mútua entre eles. Esses elementos têm um conteúdo. Por conseguinte, uma função semiótica liga esse conteúdo a uma expressão que é um conjunto de signos, uma vez que, nesse caso, uma

semiótica denotativa é a expressão de um dado conteúdo. Dessa forma, as semióticas conotativas são analisadas pelos mesmos princípios da semiótica denotativa. Desse modo, Hjelmslev re-introduz na teoria, com o conceito de semióticas conotativas, todos os sentidos sociais, culturais, históricos, políticos, religiosos, psicológicos dos signos. No entanto, a análise desses sentidos é uma análise formal feita segundo os mesmos princípios da análise das semióticas denotativas.

Precisemos melhor a definição de uma semiótica conotativa: é "*uma semiótica que não é uma língua e cujo plano de expressão é constituído pelos planos de conteúdo e de expressão de uma semiótica denotativa*" (Hjelmslev 1975: 125).

A metassemiótica é uma semiótica que trata de uma semiótica, ou seja, uma semiótica cujo plano de conteúdo é uma semiótica. A lingüística é uma metassemiótica. A metassemiótica pode ser tratada como uma semiótica por outra metassemiótica e assim sucessivamente. Desse modo, a teoria semiótica é uma metassemiótica (Hjelmslev 1975: 126).

Hjelmslev vai distinguir as semióticas em duas classes: as científicas e as não científicas. As primeiras são uma operação, ou seja, uma descrição segundo os princípios do empirismo; as segundas não são uma operação, ou seja, são sistemas que operam com dois planos não conformes. A semiótica conotativa é uma semiótica não científica, em que um (ou vários) plano é uma semiótica. A metassemiótica é uma semiótica científica em que um (ou vários) plano é uma semiótica. É possível prever uma semiótica científica que trata de uma metassemiótica. Nesse caso, teremos uma metassemiótica científica cuja semiótica-objeto é uma metas-semiótica. Para seguir a terminologia de Saussure, Hjelmslev vai chamar semiologia uma metassemiótica cuja semiótica-objeto é uma semiótica não científica e metassemiologia, uma metassemiótica científica cujas semióticas-objeto são semiologias (1975: 126). A metassemiologia das semióticas denotativas, graças à mudança de ponto de vista que implica a passagem de uma semiótica-objeto para uma metassemiótica, vai, na prática, descrever a substância da expressão e do conteúdo. A metassemiótica das semióticas conotativas vai analisar, formalmente, os elementos da lingüística sociológica ou do que Saussure chamou lingüística externa (Hjelmslev 129-130).

O ato de fala obriga a pressupor um sistema que seja coesivo a esse ato (coesão é uma função em que pelo menos um dos funtivos é uma constante). O sistema é uma totalidade que se basta a si própria. No entanto, essa totalidade não está isolada, não é fechada. Ela tem coesões externas com outros esquemas e usos lingüísticos, que particularizam um ato de fala. Tem coesões com um sistema conotativo, que explica essa totalidade numa unidade e em sua variedade. Pressu-

posição sobre pressuposição leva a um alargamento do campo do lingüista. Não é apenas a língua considerada isoladamente, que é objeto da teoria da linguagem, mas uma classe inteira de línguas cujos membros estão relacionados entre si. Uma língua é um funtivo que mantém relações com as outras de sua classe. Empréstimos e parentescos genéticos entram, assim, na teoria da linguagem. De pressuposição em pressuposição, semiótica conotativa, metassemiótica, metassemiologia são integradas na teoria. Assim, as grandezas que, num primeiro momento, em que se levava em conta apenas o esquema, as invariantes da semiótica-objeto, foram deixadas de lado são reintegradas e constituem componentes necessários das estruturas semióticas de ordem superior (Hjelmslev 1975: 131-132). Como diz o lingüista dinamarquês, não existem não semióticas que não sejam componentes de semióticas, pois todos os objetos, os acontecimentos, as situações podem ser analisados do ponto de vista da significação. Por isso, todos os objetos podem ser examinados do ponto de vista da teoria da linguagem (1975: 132). Hjelmslev termina seus *Prolegômenos* com uma bela página que por si só bastaria para mostrar quão infundadas são certas críticas que lhe são feitas e que foram rapidamente repertoriadas no início deste texto. Essa página, porém, só ganha sentido para quem leu e entendeu a totalidade do projeto hjelmsleviano:

Em seu ponto de partida, ela (a teoria da linguagem) se baseara na imanência atribuindo-se por único objetivo a constância, o sistema e a função interna; aparentemente, isso deveria ser feito às custas das flutuações e dos matizes, às custas da vida e da realidade concreta, física e fenomenológica. Uma limitação de nosso campo visual era o preço para arrancar da linguagem seu segredo. Ora, é graças a esse ponto de vista imanente que a linguagem devolve generosamente aquilo que, de início, ela exigira. A linguagem, considerada num sentido mais amplo que aquele que lhe é atribuído pela lingüística contemporânea, retomou sua posição-chave no domínio do conhecimento. Em vez de impedir a transcendência, a imanência, pelo contrário, deu-lhe uma base nova e mais sólida. A imanência e a transcendência juntam-se numa unidade superior baseada na imanência. A teoria lingüística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema lingüístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, a atingir o saber humano em sua totalidade. Com isso, a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído:

humanitas et universitas

A semiótica francesa procura levar a cabo o projeto hjelmsleviano. No entanto, ela afasta-se dele num ponto importante. Quando Hjelmslev propõe que o texto seja a unidade do processo com a qual o lingüista trabalha, o que ele pretende é que a partir dele se deduzam não só as unidades do processo lingüístico como as categorias do sistema da língua, tanto no plano do conteúdo quanto no plano da expressão. Fazer uma análise exaustiva do plano do conteúdo das línguas naturais revela-se logo uma impossibilidade, uma vez que isso seria fazer uma descrição completa do conjunto das culturas. A análise dos signos em figuras não obteve resultados satisfatórios, a não ser na descrição de certos campos semânticos bem delimitados. A idéia de construir matrizes semânticas comparáveis às da fonologia foi abandonada. A semiótica, mesmo quando estuda os textos em línguas naturais, não se dá como tarefa fazer uma descrição exaustiva do plano do conteúdo das línguas naturais, não pretende explicar as unidades lexicais particulares, mas a produção e a interpretação dos textos. Sua característica é ser sintagmática. (Greimas & Courtès 1979: 327). Observe-se que as estruturas sintáticas de uma língua natural não organizam o discurso em sua totalidade, mas seus segmentos, o que significa que o discurso possui uma estruturação própria. Ele não é uma grande frase, nem uma sucessão de frases, mas possui uma organização específica. Ademais, quando nos colocamos no plano transfrástico da significação, cujos elementos parecem distribuídos ao longo da linha do tempo, percebemos que a condição do entendimento da mensagem é a transformação da temporalidade em simultaneidade. Captamos a significação de uma história ou da História, quando apreendemos sua totalidade. Dessa forma, a temporalidade ou espacialidade do plano da expressão é o meio de manifestação da significação, que não é temporal ou espacial. (Greimas 1967: 121-122). A simultaneidade é a condição necessária para a descrição estrutural do discurso. A semiótica desloca a categoria de *totalidade* da descrição do plano de conteúdo das línguas naturais para a descrição e explicação dos mecanismos que engendram o texto. Pensando a significação como a criação e/ou a apreensão de diferenças, a semiótica procurará determinar não o sistema da língua, mas o sistema estruturado de relações que produz o sentido do texto. Observe-se, por exemplo, o trabalho de Eric Landowski, em *Présences de l'autre*, em que ele mostra o sistema de relações do eu com o outro, que preside à geração de sentidos em textos, produzidos na Europa de nossos dias, que tratam da convivência com os estrangeiros, com os diferentes (1997: 15-44).

Considerando esse deslocamento do objeto, a semiótica vai atender às diferen-

tes exigências do projeto hjelmsleviano. Adota um ponto de vista imanentista para a análise do texto, não por negar que ele sofra determinações sócio-históricas, mas por estabelecer para si como tarefa inicial conhecer os mecanismos de estruturação textual; as leis que regem a construção do discurso, que se manifesta num texto. A semiótica sempre reconheceu que o texto se produz num dado contexto histórico. No entanto, não pretendia que a análise histórica de um texto fosse a descrição de um conjunto de "anedotas" que cerca sua produção. Pretendia sim, como foi fazendo, ao longo de sua elaboração teórica, ir reintegrando, com base em princípios teóricos coerentes, o que inicialmente foi descartado. Voltaremos a esse ponto.

Na medida em que explica como os homens produzem e interpretam textos, a semiótica atende ao princípio do empirismo. No entanto, ela pretende ser preditiva, ou seja, explicar como se estruturam não só os textos que existem, mas todos aqueles que podem vir a existir. Isso significa que ela se organiza dedutivamente, como um cálculo, atendendo aos princípios da arbitrariedade e da adequação. Isso foi exemplificado acima, mostrando-se como se construiu, por exemplo, o nível narrativo do texto.

Levando em consideração que a língua é forma e não substância e que esta é resultante daquela, a semiótica pretende fazer uma análise formal do texto, ou seja, estudar o conjunto de relações que produz o significado, aquilo que o texto diz. Por isso, ela analisa não a substância do conteúdo, mas sua forma, ou seja, como o texto diz o que diz. Examina o conjunto de relações responsáveis pela produção do sentido já formado. No entanto, como mostra Hjelmslev, na medida em que se estuda a forma, tem-se presente a substância, ou seja, o sentido formado. Por ser formado, o exame desse sentido é passível de incorporação à análise e, assim, a semiótica estuda também o que o texto diz.

Falamos no parágrafo anterior em análise do conteúdo, como se a expressão não existisse e como se a solidariedade que une a expressão e o conteúdo fosse desconsiderada pela semiótica. No projeto hjelmsleviano, "manifestação" opõe-se a "imanência". O princípio da imanência é o postulado que afirma a especificidade do objeto lingüístico, que é a forma, e a exigência metodológica que exclui o recurso aos fatos extralingüísticos para explicar os fenômenos lingüísticos. Assim, a forma é o que é manifestado e a substância (sons ou conceitos) é sua manifestação. No entanto, como não há expressão lingüística sem conteúdo lingüístico e vice-versa, a manifestação, entendida como presentificação da forma na substância, pressupõe a semiose, que une a forma da expressão à do conteúdo. Por conseguinte, a manifestação é, antes de mais nada, a postulação do plano da expressão, quando da produção do enunciado, e inversamente, a atribuição de um plano do conteúdo,

quando de sua leitura (Greimas & Courtès 1979: 219) Por isso, a análise imanente é a análise de cada um dos planos da linguagem, tomados separadamente. Por outro lado, é preciso considerar, como diz Hjelmslev, que a imanência e a manifestação contraem uma função em que a primeira é a constante e a segunda é a variável, o que significa que a mesma imanência pode ser manifestada diversamente. Se o plano do conteúdo deve ser examinado separadamente do da expressão e o mesmo conteúdo pode manifestar-se por distintos planos da expressão, pode-se postular que a semiótica é uma teoria "geral". Isso significa que ela, num primeiro momento da análise, faz abstração do plano da expressão, para analisar o conteúdo, e só depois vai examinar as relações entre expressão e conteúdo, bem como as diferentes especificidades de cada um dos planos de expressão. Isso quer dizer que a semiótica, na medida em que faz inicialmente abstração do plano da expressão, interessa-se tanto pelo texto verbal, quanto pelo visual ou pelo sincrético (aquele cujo conteúdo se manifesta por mais de uma substância da expressão, como o cinema, a telenovela, a história em quadrinhos, etc.).

Para Hjelmslev, a análise deve mostrar as invariantes e as variantes. O projeto semiótico leva em conta esse princípio na abordagem do texto. Se não se pode negar que ele tenha uma estruturação, que explica o que faz dele um todo de sentido, não se pode também deixar de ver que ele é a manifestação de singularidades; é, de certa forma, da ordem do acontecimento. Correlaciona, assim, invariantes e variabilidades. Já Propp, ao analisar os contos maravilhosos russos, mostrara as regularidades subjacentes à variedade dos textos. Ao conceber as invariantes narrativas, como as funções e as esferas de ação, distingue, por exemplo, o nível da "doação do objeto mágico" do nível em que "o peixe dá uma escama ou a fada dá um anel" (1970). Por ver o texto como o lugar de regularidades que subjazem à variabilidade, a semiótica estabelece que uma das condições a que deveria obedecer era ser "gerativa", concebendo, pois, a geração do texto como um percurso que vai das invariantes às variantes, das estruturas mais simples e abstratas às mais complexas e concretas. Todos esses níveis devem ser suscetíveis de receber uma descrição metalingüística adequada, dado que "*a descrição de uma estrutura não é mais que a construção de um modelo metalingüístico, percebido em sua coerência interna e capaz de mostrar o funcionamento, no seio de sua manifestação, da linguagem que se propõe descrever*" (Greimas 1967: 125). Assim, o percurso gerativo de sentido deve ser entendido como um modelo hierárquico, em que se correlacionam níveis de abstração diferentes do sentido. Em cada um deles, devem ser previstas uma sintaxe e uma semântica, que são os dois componentes da gramática de cada um dos patamares do percurso gerativo. A sintaxe é o conjunto de regras que rege o

encadeamento das formas de conteúdo na sucessão do discurso. Ela é conceptual, ou seja, as relações sintáticas são significantes (pertencentes à forma do conteúdo). A semântica são os investimentos de conteúdo regidos por uma sintaxe. Não procede, assim, a crítica de que a singularidade do texto não é contemplada. O que se quer é analisar as regularidades e mostrar, a partir delas, a construção das especificidades, num processo de complexificação crescente. Depois de analisar, num processo da abstração, as estruturas mais simples, faz-se o percurso inverso e procura-se reconstruir as estruturas mais concretas e complexas.

Hjelmslev diz que a forma contrai uma função com a substância. Nela, a primeira é a constante e a segunda, a variável. Por outro lado, afirma que o que é substância, de um ponto de vista, é forma de outro. Esses princípios são levados em conta na construção do percurso gerativo. O nível fundamental é uma forma, realizada de maneira variável, pelo nível menos narrativo, que, por sua vez, é uma forma, realizada de modo variável, pelo nível discursivo, que, por seu turno, é uma forma, manifestada, de modo variável, por um plano da expressão.

O fato de a semiótica pensar-se como uma teoria do discurso faz que se introduza, na teoria, a questão da enunciação, entendida no sentido benvenistiano como a discursivização da língua. Assim, entende ela que a passagem das estruturas mais profundas e simples às mais superficiais e concretas se dá pela enunciação. Isso significa que a semiótica não se pretende uma teoria do enunciado, mas deseja integrar enunciação e enunciado numa teoria geral. Lembremos que o problema da enunciação não tinha sido desenvolvido por Hjelmslev.

A semiótica, como fez Hjelmslev, à medida que vai avançando na elaboração de seu projeto teórico, começa a reintegrar aquilo que tinha sido deixado de lado. Com princípios de análise bem sólidos, recusa, na atualidade, as duas vias opostas, que são consideradas excludentes, as das impropriamente chamadas análises interna e externa e propõe um outro caminho, o da determinação recíproca e dialética entre o fora e o dentro. "*Um discurso só adquire sentido enquanto reconstrói significativamente, como situação de interlocução, o próprio contexto no interior do qual se inscreve empiricamente sua produção ou sua apreensão*" (Landowski 1997: 198). A semiótica alarga o conceito de texto e, dessa forma, pode integrar o dentro e o fora. Texto não é apenas um produto constituído, um enunciado que guarda marcas de sua enunciação, uma totalidade auto-suficiente, mas é também ato de enunciação efetuado em situação e nela produzindo sentido. Considerando o texto como uma situação, pode-se apreender a emergência do sentido, que não é algo dado na realidade das coisas, mas é construído na interação, com a presença do outro. Pouco a pouco, a semiótica vai ampliando seu objeto, de forma a reintegrar

tudo o que inicialmente descartara. A semiótica operou uma redução metodológica provisória de seu campo de atuação. No entanto, nunca ignorou a História, o homem, as determinações sociais presentes na linguagem. Pretende apenas que a imanência dê uma base mais sólida para estudar o que é transcendente à linguagem, juntando imanência e transcendência numa unidade superior. A semiótica, como o projeto hjelmsleviano, se atribuiu a seguinte finalidade: *humanitas et universitas*. E vem cumprindo esse desiderato.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- FIORIN, José Luiz (1996). *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- GREIMAS, Algirdas Julien (1967). Estructura e historia. In: POUJILON, J. et alii. *Problemas del estructuralismo* (trad. de Julieta Campos, Gustavo Esteva e Alberto Ezcurdia). México: Siglo Veinteuno Editores, p. 120-134.
- _____ (1973). *Semântica estrutural* (trad. de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTES, Joseph (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.
- HJELMSLEV, Louis (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (trad. de J. Teixeira Coelho Netto). São Paulo: Perspectiva.
- LANDOWSKI, Eric (1997). *Présences de l'autre. Essais de socio-sémiotique II*. Paris: PUF.
- PROPP, W (1970). *Morphologie du conte*. Paris: Seuil.
- SAUSSURE, Ferdinand (1969). *Curso de Lingüística Geral* (trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix/EDUSP.

JOSÉ LUIZ FIORIN é professor do Departamento de Lingüística da FFLCH da USP e, atualmente, representa a área de Ciências Humanas no Conselho Deliberativo do CNPq. Publicou, entre outros, os seguintes livros: *As astúcias da enunciação* (1996); *Lições de texto* (1996); *Para entender o texto* (1990); *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988). Organizou, entre outros, os seguintes livros: *Introdução à Lingüística I; objetos teóricos* (2002); *Introdução à Lingüística II: princípios de análise* (2003).

jolufi@uol.com.br

Artigo enviado em outubro de 2002 e
aprovado em janeiro de 2003.